

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, AS MÚLTIPLAS LITERACIAS E A CIDADANIA: A NOVÍSSIMA FRONTEIRA DA EDUCAÇÃO

Rui Rocha *

Embora com uma visibilidade e uma presença iniludíveis no nosso quotidiano, muitas pessoas não se terão apercebido ainda que a sociedade planetária está no meio de uma das revoluções tecnológicas mais radicais da história humana. Esta revolução irá mudar, muito provavelmente, o modo de ser e de estar do Ser Humano em todos os domínios da vida social, seja na forma como trabalhamos, seja nos meios que utilizamos para comunicar, seja ainda no modo como ocupamos os nossos tempos de lazer.

Esta revolução tecnológica, centrada no computador, na comunicação, na informação e nas tecnologias multimédia, é a nova face da sociedade contemporânea que se convencionou designar por sociedade do conhecimento e da informação. Assim sendo, o acto educativo terá de desempenhar um papel central nesta revolução que influenciará transversalmente todos os aspectos da nossa vida quotidiana.

Trata-se, de facto, de uma grande transformação que coloca inúmeros desafios a todos os responsáveis pela formulação das políticas da Educação, bem como a todos os professores/educadores. Tais desafios podem ir desde o repensar das suas doutrinas educativas que viabilizem novos projectos educativos e novos caminhos criativos para o acto educativo, passando pela aquisição de novas competências na manipulação dos meios de comunicação de forma criativa e produtiva até à reflexão sobre o modelo

* Coordenador da Delegação de Macau-China da Fundação Oriente.

de reestruturação do acto educativo, por forma a que este possa responder construtiva e progressivamente às mudanças tecnológicas e sociais que todos, em maior ou menor grau, estamos a viver.

Mas esta revolução tecnológica pode ter um outro alcance, de grande impacto, que importa sublinhar. Ao utilizarem-se tecnologias relativamente reduzidas, e cada vez de menor custo, poderá permitir pôr todos os lugares do planeta a contactar em rede, dando oportunidade a pessoas de diferentes culturas, de diferentes classes sociais, de diferentes etnias e com níveis de desenvolvimento económico e social muito diversos, participarem na transformação de um mundo cada vez mais complexo mas também tomarem consciência, pelo acesso fácil aos novos saberes, da necessidade de intervirem activamente na construção de uma sociedade planetária cada vez mais democrática e mais multicultural.

Este discurso da era digital, algo optimista, que parece prometer um futuro de mais qualidade, emerge paradoxalmente de sociedades ainda com níveis de injustiça social consideráveis, baseadas em distribuições desiguais da riqueza e onde o poder tem adoptado novas e sofisticadas formas de controlo.

É importante não esquecer que a sociedade da informação é, entre outras coisas, um novo estágio evolutivo do capitalismo. É a sua terceira revolução tecnológica que lhe permite não apenas manter, mas sobretudo incrementar o seu poder económico e, em consequência, a sua influência tanto política, como social e cultural. É o que o sociolinguista Claude Hagège designou de MacDonaldisação do planeta, ou MacWorld.

Mas a sociedade da informação não atingiu ainda o seu apogeu, o que poderá acontecer nos próximos anos. Para isso, irá certamente aprofundar três condições básicas de desenvolvimento:

- uma tecnologia de comunicação mais potente, isto é, mais avançada que a actual, o que será perfeitamente possível dentro de poucos anos;
- uma importante inversão económica para criar uma *network* de economia digital (não é por acaso que a banca e as empresas de comunicação são as que mais apostam nesta direcção);
- finalmente uma importante massa de cidadãos com graus de conhecimento e de formação que lhes permita consumir/comprar os produtos que as tecnologias de comunicação oferecem (TV digital, multimédia, Internet, etc) e serem trabalhadores das mes-

mas. Uma população com reduzidos conhecimentos culturais e tecnológicos não criará compradores ou trabalhadores que possam sustentar a sociedade da informação.

A sociedade capitalista do tempo digital necessita, por isso, de sujeitos alfabetizados em novas formas culturais. Necessita de formar novas literacias que possam responder às necessidades desta nova sociedade emergente.

E aqui parecem conflitar duas tendências ou discursos pedagógicos:

- De um lado, um discurso proveniente das sociedades dos países ou zonas económicas altamente desenvolvidas do planeta, as tais sociedades da informação ou da era digital, que pretendem romper com o modelo clássico de escolaridade, argumentando que este deve abrir as portas às TIC (Tecnologias e Informação e Comunicação) e reconfigurar na sua totalidade a sua concepção e organização educativas, flexibilizando os processos educativos e rompendo com a visão tradicional do ensino como transmissão do saber num determinado espaço físico chamado sala de aula.

A forma radical desta tendência reclama que o centro educativo actual deve desaparecer e dar lugar aos centros virtuais. Assim, qualquer aluno, poderia estar à frente do seu computador a assistir a uma aula ministrada em qualquer canto do mundo e terminar o seu horário escolar debatendo telematicamente o assunto da aula com outros alunos em rede (*chat*). Toda esta actividade educativa seria coordenada e supervisionada por um professor ou tutor electrónico;

- De outro lado, o discurso que se reclama do humanismo ou vinculado à tradição do pensamento racionalista da modernidade. Defende que a escola deve ser um espaço de construção da cidadania, o lugar onde o conhecimento e a cultura se transmitem a novas gerações, o espaço privilegiado para a democratização do saber e do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo sobre a realidade.

Tal discurso defende, também, que a escola deve mudar, mas recuperando os valores da cultura humanista e livre-pensadora, adaptada logicamente a um mundo dominado pelos saberes científicos-

cos e tecnológicos. A visão radicalizante desta tendência leva-a a defender que a verdadeira cultura está na literacia impressa (livros, revistas, etc.) e os meios audiovisuais e as tecnologias digitais devem ser tão somente instrumentos para o ócio e para o mercado da informação.

Excluindo as visões extremas de ambos os discursos, haverá parte de razão em ambos os lados, e com a combinação e integração de certos postulados de uma e de outra tendência poder-se-á construir um discurso minimamente fundamentado do que deveria ser uma educação do século XXI.

De facto, uma teoria crítica da tecnologia evita tanto a tecnofobia como a tecnofilia. Rejeita o determinismo tecnológico, é crítica das limitações, dos desequilíbrios e dos aspectos obscuros dos novos meios de comunicação e tecnologias, mas quer utilizar e redesenhar estes instrumentos no interesse do processo educativo para a democracia e para a reconstrução social na promoção da justiça social.

Como disse uma professora da Harvard Graduate School of Education, uma das dificuldades mais resistentes sobre a tecnologia e a educação é que existe muita gente que pensa primeiro na tecnologia e só depois na educação.

As Novas Tecnologias da Informação (NTI) são um dado adquirido na nossa sociedade contemporânea e, portanto, a questão não é, por exemplo, saber se o computador é bom ou mau na sala de aula. Sabemos que não é o elemento mais importante na sala de aula. A questão é saber o que fazer com ele: que propósitos educativos podem ser otimizados com o computador; que tipos de competências necessitam os professores e os alunos de conhecer e de desenvolver no domínio das novas tecnologias; que efeitos têm sobre o ensino; e que novas literacias, visões da educação e relações sociais necessitamos para democratizar e melhorar a educação.

De facto, a implementação das novas tecnologias na Escola sem uma política tecnológica e sem a formação teórica e a prática adequadas, dirigidas tanto a professores como a alunos, é algo de estranho e ambíguo.

Independentemente das diferentes sensibilidades dos diferentes discursos sobre a importância das novas tecnologias na Escola, é consensual entre gestores, educadores, políticos e pais que os programas curriculares de ensino e as práticas escolares actuais não oferecem as necessárias

competências aos alunos que lhes permitam estar preparados para enfrentar os desafios do séc. XXI. Torna-se, por isso, necessário proceder aos indispensáveis ajustamentos e mudanças, de modo a assegurar que as escolas se tornem ambientes de ensino digital.

Nos EUA, por exemplo, 95% das escolas e 72% das salas de aula estão ligadas à Internet. Contudo, enquanto 86% dos professores utilizam a Internet para ensinar por *e-mail* e para procurar materiais curriculares, apenas 66% dos professores utilizam a Internet para melhorar o ensino dentro da sala de aula. Complementarmente ao que se disse, apenas 30% facilita e ajuda a utilizar a Internet na investigação dos alunos, apenas 27% a utiliza para resolver problemas ou analisar dados e, finalmente, um pequeno grupo de 16% de professores emprega estes instrumentos para planear as suas lições. (The CEO Fórum on Education and Technology, 2000)

Isto quer dizer que mesmo nas sociedades da informação se continua ainda a colocar mais ênfase no *hardware*, na conectividade e na manipulação rudimentar das novas tecnologias. Isto quer dizer, por outro lado, que as escolas, os professores e os alunos não tomaram ainda inteira consciência do grande potencial do ensino digital.

O ensino digital é a abordagem educativa que integra a tecnologia, a conectividade, os conteúdos e as pessoas. Quando implementada correctamente permite ao aluno procurar e manipular informação de forma criativa, colaborativa e comprometida e, sobretudo, usufruir de um vasto reservatório de informação, de ideias, de recursos e de peritos acessíveis a qualquer momento.

O conteúdo digital não se confina apenas à existência de um computador. Inclui vídeo, *software*, CD-ROM, *websites*, *e-mail*, sistemas de gestão da educação *on-line*, simulações em computador, discussões em rede, ficheiros de dados, base de dados e áudio. O conteúdo digital é indispensável no ensino digital porque permite ser: relevante, *up-to-date* e autêntico; explorado em muitos níveis; manuseável; instantâneo; criativo.

Mas existem outras virtualidades neste tipo de abordagem educativa. Os alunos ao fim de algum tempo tornam-se eles próprios produtores dos seus próprios conteúdos. Os alunos tornam-se escritores, produtores, editores, directores e designers gráficos. Utilizando computadores, máquinas fotográficas digitais, vídeos, equipamentos de som e

software, conseguem criar histórias audiovisuais e multimédia de grande criatividade.

Deste modo, professores e alunos assumirão novos papéis, particularmente os professores que, de dia para dia, têm de assumir um papel mais complexo de planificadores, de tutores e de investigadores das TI. É aos professores que cabe:

- a escolha e a utilização dos conteúdos de ensino para os alunos (*multimedia clips*, colecções de museus, bases de dados, trabalhos de referência, etc.);
- a preparação dos seus materiais (unidades ou lições, projectos, tutoriais, actividades, etc.);
- os produtos dos alunos (arte, música, drama, *desktop movies*, etc.);
- as actividades especiais (concursos, jogos, temas, prémios, etc.).

É também ao professor que cabe dar a conhecer os utensílios de trabalho (*tools*):

- processador de texto;
- *spreadsheet*;
- *cardmakers*;
- *layout e design*;
- *search engines*;
- GIS, etc.;

bem como os meios de comunicação disponíveis: *e-mail*; *chat rooms*, *bulletins boards*, *two-way video conferencing*, *synchronous discussion*, *web casts*, etc..

Hoje em dia a comunidade científica em todo o mundo dialoga entre si em tempo real. Hoje também é possível um estudante de Medicina estudar Anatomia através de um simulador digital, como dois médicos numa área comum de especialidade permutarem informação precisa e pertinente através da NET, no sentido de chegar a um procedimento clínico mais adequado face a um diagnóstico de um paciente.

Este será, porventura, o discurso pedagógico actual em defesa da necessidade de se reestruturar o sistema educativo, de acordo com os desafios da sociedade da informação, por forma a desenvolver múltiplas literacias indispensáveis que envolvem materiais impressos, a fala, a visualidade e o áudio que muitas vezes se combinam entre si de formas híbridas. Este hibridismo envolve a combinação e a interacção de diver-

tos meios de comunicação que, sintetizados num processo activo, constroem um significado e, conseqüentemente, apelam a novas competências.

Interagir, por exemplo, com um *website* ou com um CD-ROM envolve muitas vezes fazer o *scanning* de um texto, ler gráficos, ver imagens, ouvir sons, apreciar animação, etc. Ora, tal exige uma aprendizagem que permita ao utilizador fazer um uso optimizado das potencialidades das NTI.

Este poderá ser considerado o discurso apologético da sociedade tecnológica descrevendo o futuro como uma meta feliz que tarde ou cedo alcançará toda a humanidade, onde todos e cada cidadão serão um tecnonauta e um cibernauta.

Contudo, cada vez mais, se começa a reconhecer que as crenças e as expectativas dominantes nas sociedades ocidentais desenvolvidas carecem de um discurso explicativo global da realidade. É a era do vazio, da relativização das certezas, do ocaso nas crenças do progresso, parecendo ser a profetização de uma evolução inevitável para uma sociedade mais perfeita. Começamos, contudo, a ter consciência que a humanidade não é o centro da criação nem do Universo e que nós, humanos, somos apenas uma espécie animal mais que habita num planeta perdido num “liliputiano sistema solar de uma pequena galáxia periférica de entre milhões de galáxias” (Morin, Edgar:2003) que configuram o Universo conhecido, e protagonistas recentes na história do Cosmos.

O que é que isto tem então a ver com a sociedade e, particularmente, com a educação na era digital? A educação vive actualmente uma situação de crise, provocada pela ausência de um discurso global que dê sentido, significado e finalidade à educação nas escolas.

A ausência deste discurso escolar poderá estar a provocar a criação de certos “falsos deuses” que ao entrarem na escola pretendem justificar os programas e acções que aí se desenvolvem. A mitificação das tecnologias da informação e o utilitarismo económico são os motes do discurso neo-liberal que reclama uma menor participação do Estado nos assuntos educativos e uma maior subordinação das acções formativas às necessidades do mercado industrial e financeiro, valorizando o ensino privado em prejuízo do sistema público.

Há consenso em que as políticas e práticas educativas devem mudar e adaptar-se à sociedade da informação do séc. XXI. Mas pergunta-se: mudar em que direcção? Com que metas educativas e culturais? Ao serviço de que modelo social, económico e político?

E poder-se-á perguntar ainda: Que fenómenos sociais e culturais caracterizam a chamada era digital ou sociedade da informação? Quais são os principais problemas educativos? Como facilitar o acesso à educação e às tecnologias a todos os cidadãos?

As NTI certamente irão reconduzir a uma reconstrução da educação, mas é preciso haver o cuidado necessário e a garantia também de que as novas tecnologias são um contributo efectivo para a democratização das sociedades e das nações e para a aquisição de competências de todos os cidadãos e não se dirigem exclusivamente a apenas algumas instituições da sociedade da informação e a uma tecnolite privilegiada.

Produzir cidadãos democráticos e capacitar as próximas gerações para a democracia e para a multiculturalidade, bem como contribuir para a construção de uma nova economia, estas devem ser as principais metas da reconstrução da educação neste novo milénio.

Como lembrava Paulo Freire, o aspecto central da pedagogia compreendia tanto a capacidade de ler a palavra como de ler o mundo. Assim as múltiplas literacias incluindo não apenas a literacia computacional e dos meios de comunicação, mas também um imenso espectro de literacias sociais e culturais, desde a ecoliteracia (compreender o corpo e o ambiente) até às literacias económica e financeira e muitas outras, devem capacitar os alunos para compreender e viver bem nos nossos mundos sociais.

A educação habilita as pessoas com um capital simbólico e cultural que as torna capazes de sobreviver e de prosperar num crescente e mutante planeta e de produzirem também uma sociedade mais igualitária, mais solidária, mais tolerante, mais justa e, conseqüentemente, mais democrática.

A multiculturalidade é outro dos enfoques contemporâneos do acto educativo. Em que medida podem as NTI difundir esta mensagem pedagógica e de cidadania?

No decurso da história de qualquer nação ou país, os povos nunca deixaram de estabelecer contactos com outros povos e de se influenciarem mutuamente, seja através da guerra, seja pelo comércio e pelos movimentos migratórios ou, simplesmente, pela rivalidade, pela imitação ou até mesmo pelo snobismo estrangeirado.

Cada tradição cultural é uma amálgama complexa de influências múltiplas mais ou menos retocadas ou modificadas.

Na verdade, e por muito que custe aos integralistas culturais (leia-se, também, fundamentalistas) de todo o mundo, não existem culturas

independentes e puras. De outro modo, em nome de que valores e de que critérios podemos nós julgar da sua integridade e pureza?

Sociedades multiculturais sempre as houve, agora o mais difícil é a “construção” das pessoas multiculturais. As fronteiras, as bandeiras, os hinos nacionais, os instituídos territoriais dentro de cada cabeça humana, uma pesada herança filogeneticamente herdada e reforçada pelas políticas educativas, são os grandes dissuasores da tolerância multicultural.

O problema determinante de uma sociedade multicultural é sempre a procura de uma nova articulação entre a identidade e a política. E o que está em causa é, fundamentalmente, a imagem que os países e as sociedades democráticas têm e querem ter de si mesmos, designadamente como é que se vêem e se entendem, ou seja, como um país ou uma sociedade homogénea ou como um país ou uma sociedade de convivência plural de pessoas de diferentes “nacionalidades” e culturas, usufruindo todas uma igualdade real e efectiva de direitos universais. A multiculturalidade só faz inteiro sentido se intimamente ligada ao processo de modernização das sociedades com as respectivas consequências na matriz democrática. (Rocha, Rui: 1998).

O Prof. Doutor Francisco Cabral (1995) aponta 5 níveis de concretização de uma sociedade multicultural, que enunciámos já no nosso artigo *Macau, Sociedade Multicultural*, publicado na revista “Macau”, II série, n.º 78, em Outubro de 1998:

- *o nível estrutural da igualdade de direitos*, tendo como exigências a anti-discriminação; a des-etnicização; a desnacionalização; a democratização, o povo tem de ser compreendido como sendo toda a população, o direito de estadia — *jus territorialis*; a horizontalização
- *o nível cultural da igualdade do valor*, ou seja, o reconhecimento da igualdade de direitos a todos na sua maneira diferente de ser: este é o nível cultural da convivência e da construção de uma sociedade multicultural
- *o nível ético da comunidade de valores*, ou seja, a construção de uma nova cultura política democrática que saiba harmonizar a necessidade de coesão e de unidade social e o direito à diferença.
- *o nível emocional do sentimento de fazermos parte da mesma sociedade*, ou seja, a identificação afectiva e emocional com as pessoas, com as suas diferenças e a sua diversidade; se quisermos, trata-se de um

novo “patriotismo democrático” de novo conteúdo, que faz com que eu, por exemplo, me sinta mais perto de um anti-racista do que de um português.

- *o nível estético das imagens e da visões*, ou seja, a construção de ideias, imagens, sonhos e visões de um futuro comum.

E o começo está naquilo que se ensina e que se aprende numa óptica de educação multicultural, ou seja, na transmissão e aprofundamento, em diálogo crítico permanente, da síntese entre a adopção dos “universais” que são um legado da construção dos direitos do Ser Humano à sua unidade e dignidade e a *construção cultural da diversidade rumo a uma sociedade que aceite a igualdade de valor do Outro, a transformação comum, a diversidade dialogante e criadora de relações mútuas e relativizantes*. (Cabral, Francisco: 1995).

Educar é, portanto, a questão central e a condição necessária para o progresso democrático e multicultural do planeta.

Retomando a pergunta: Em que medida podem as NTI difundir esta mensagem pedagógica e de cidadania que é a da transformação de todos os cidadãos do mundo em cidadãos multiculturais?

Obviamente que antes de tudo, haverá que propor, cultivar e estimular a reestruturação das NTI, entre todos os grupos sociais dentro de um mesmo país e entre países. Na verdade, a admitida disparidade crescente entre os que têm e os que não têm deve tornar-se um tópico prioritário nas reflexões epistemológicas e políticas da educação. Esta causa necessita da participação activa dos educadores nas coligações políticas que desejam ver estas novas tecnologias mais acessíveis às populações discentes mais desfavorecidas. Estas coligações requerem *networkings* de professores e outros profissionais educativos com as associações de pais e encarregados de educação e outras, com grupos de *lobbies* oficiais e não oficiais, bem como organizações de investigação ou apoio a projectos de investigação.

Exige, também, que os professores se tornem intelectuais públicos, empenhados em edificar uma escola socialmente responsável das necessidades da cultura democrática e de cidadania, como um espaço relevante que saiba dar resposta aos desafios da nova economia e da cultura. Para vencer a “fronteira digital” é, pois, exigível à escola uma participação nas mudanças sociais e educacionais, a fim de beneficiar os grupos integrados em classes sociais, em grupos étnicos ou por género que tradici-

onalmente não têm tido acesso aos mesmos benefícios dos grupos sociais dominantes.

Indispensável será uma profunda mudança filosófica e pedagógica, no sentido de colocar as NTI ao serviço da educação multicultural e da transformação social. Este processo reconstrutivo deve dirigir-se tanto a professores, como a alunos, ajudando a esclarecê-los no reconhecimento da diferença entre bom e mau, medíocre e benéfico, ético e não ético no uso dos textos dos meios de comunicação e multimédia. Os professores e os alunos devem, por outro lado, aprender a avaliar as novas formas culturais da mesma maneira que julgamos e avaliamos os meios impressos.

Este trabalho com as NTI deve servir para identificar e discutir todas as disfunções sociais, propensas à intolerância e atitudes persecutórias que habitam dentro de nós próprios e dentro dos sistemas de governo e estilos de vida que são definidos e apadrinhados como democráticos, liberais e igualitários. Verificar-se-á que os crimes contra a humanidade não se restringem apenas aos povos e nações que são normalmente identificados como diabólicos, totalitários, fascistas, anti-democráticos ou outros, o que nos levará a interrogar e a aprender algumas verdades e realidades bem desconfortáveis sobre a nossa própria democracia.

As NTI com as imensas capacidades que nos apresenta podem ajudar-nos designadamente, em disciplinas como a História, a Ciência Política, a Economia, a Sociologia, a contextualizar melhor e, de forma mais atractiva, as múltiplas dimensões da opressão política e social, como também a ilustrar e a ensinar as melhores formas pedagógicas e políticas de resistir à intolerância, à discriminação étnica, religiosa, linguística, política, económica, sexual e outras formas de opressão.

Uma disciplina relacionada com o exercício da Cidadania (Educação Social e Pessoal ou outra designação afim) devia ser de integração obrigatória em todos os planos curriculares dos ensinos básicos e secundários, preparada com um especial cuidado pedagógico e didáctico fortemente apoiada pelas novas tecnologias de informação.

O discurso escolar do futuro dependerá das nossas ideias actuais e das nossas práticas educativas. Por esta razão, é indispensável avaliar as coordenadas actuais da educação numa perspectiva caleidoscópica, tendo em conta os contributos da sociologia da cultura, da psicologia social, da teoria da educação, das teorias curriculares e, particularmente também, da tecnologia educativa e do seu contributo para um aperfeiçoamento do acto educativo numa sociedade democrática e multicultural.

BIBLIOGRAFIA

- Abdallah-Preteceille, Martine (1999). *L'éducation interculturelle*. Paris: PUF.
- Cabral, Francisco (1995). *Sociedade Multicultural*. Porto: Edição Episcopal das Migrações.
- Castells, Manuel (2000). *A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura. Volume I: A Sociedade em Rede*. Paz e Terra: São Paulo
- Castells, Manuel (2000). *A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura. Volume II: O Poder da Identidade*. Paz e Terra: São Paulo
- Barnatt, Christopher (1997). *Challenging Reality*. Chichester: John Wiley & Sons.
- CEO FORUM (2000). *The Power of Digital Learning*. Washington: CEOFORUM on Education & Technology.
- Forquin, Jean-Claude (1996). *École et Culture*. Bruxelles: De Boeck Université.
- Gellner, Ernest (1993). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Gradiva.
- Kellner, Douglas (2000). Globalization and New Social Movements: Lessons for Critical Theory and Pedagogy, em *Globalization and Education*. New York: Routledge.
- Kerckhove, Derrick De (1997). *A Pele da Cultura*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Labat, C.: Vermes, G. (1994). *Cultures Ouvertes, Sociétés Interculturelles*. Paris: L'Harmattan.
- Lévy, Pierre (1998). *Qu'est ce que le virtuel?* Paris: Ed. La Découverte & Syros.
- Lynch, James (1983). *The Multicultural Curriculum*. London: Battsbord Academic.
- MacLaren, Peter; et al. (1995). *Rethinking Media Literacy, A Critical Pedagogy of Representation*. New York: Peter Lang.
- May, Stephen (1994). *Making Multicultural Education Work*. Clevedon: Multicultural Matters.
- Morin, Edgar (2003). *O Método V. A Humanidade da Humanidade. A identidade Humana*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Moreira, M. Area, coord. (2001). *Educar en la Sociedad de la Información*. Bilbao: Ed. Desclée de Brouwer.
- Ouane, Adama (1996). *Vers une culture multilingue de l'éducation*. Paris: L'Harmattan.
- Rist, Gilbert (ed.) (1997). *La mondialisation des anti-sociétés*. Paris: PUF.
- Rocha, Rui (1998). Macau sociedade multicultural?, em *Macau*, Macau,

- Ruano-Borbalan (ed.) (1998). *L'identité*. Auxerre: Editions Sciences Humaines.
- Stavenhagen, Rudolfo (1990). *The Ethnic Question*. Tokyo: U.N. University Press
- Touraine, Alain (1998). *Iguais e Diferentes*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vários, autores (1998). *Le Droit à l'Humanité*. Paris: Autrement.
- Vermes, G.; Tanon, F. (1993). *L'individu et ses cultures*. Paris: L'Harmattan.